

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Correio Braziliense	2
Título: R\$ 12 milhões por ano para comandar a Vale	2
Título: Economia circular: o que você tem a ver com isso?	5
Título: Quanto custa ligar o fogão?	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Índices de interrupção de energia melhoraram em 2016	8
Título: Destaques	8
Título: Queiroz Galvão avança em geração eólica	9
Título: Commodity barata exige ganho de eficiência e produtividade	10
Título: Curtas	11
Título: Analistas estimam prejuízo de R\$ 14 bilhões na Petrobras.....	11
Título: Petroleira ainda não recuperou mercado perdido em 2016	13
Título: Estatal quer ir ao STJ para suspender contrato de sonda do pré-sal	14
Título: Acionistas buscam "nome de peso" para comandar Vale	15
Título: Destaques	17

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: R\$ 12 milhões por ano para comandar a Vale**

Maior produtora de minério de ferro do mundo, a Vale está à caça do executivo de R\$ 12 milhões por ano. O atual presidente da companhia, Murilo Ferreira, deixará o cargo em 26 de maio, quando termina seu contrato. O Conselho de Administração já anunciou a contratação de uma head hunter, empresa internacional de seleção, para encontrar um substituto. Em nota, o colegiado destacou que o nome será definido em linha com as atuais regras de governança corporativa. O salário milionário se justifica, dizem especialistas, pelo tamanho do desafio do próximo comandante da empresa, que terá que conduzir a reestruturação societária da Vale.

O processo, porém, pode não correr como previsto. Apesar de se tratar de uma empresa privada, o governo indica os presidentes porque detém uma golden share, que lhe confere poder decisório — e é acionista majoritário ao participar da Valepar, holding que controla a Vale, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os fundos de pensão de estatais (veja a composição acionária no quadro ao lado). Se a sinalização do conselho se confirmar, o executivo de R\$ 12 milhões pode ser o primeiro presidente nomeado sem interferência política. Mas, se pesarem mais as pressões da base aliada, sobretudo do PMDB mineiro, que quer mais espaço no governo Temer, ele poderá ser o último indicado pelo presidente da República.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, chegou a afirmar que defende um executivo ligado ao mercado e sem ligações políticas diretas, como os presidentes da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, e da Petrobras, Pedro Parente. O próprio presidente Michel Temer disse que não vai interferir na troca de comando da Vale. Nos bastidores, porém, comenta-se que o presidente está inclinado a escolher um executivo que trabalha na mineradora. Nesse caso, os nomes de Clóvis Torres, diretor de Recursos Humanos, de Luciano Siani, diretor Financeiro, e Peter Poppinga, diretor de Ferrosos, estariam no páreo.

Para o mercado, no entanto, outros três nomes são mais fortes: Pedro Cafarelli, presidente do Banco do Brasil, Marcos Falcão, ex-executivo do Icatu, e Rômulo Dias, atual CEO da Cielo. Cafarelli é defendido por Benjamin Steinbruch, Falcão é o preferido de Rodrigo Maia e Dias tem o apoio do Bradesco, sócio na Vale.

No entender do economista-chefe do Home Broker Modalmais, Álvaro Bandeira, a Vale sempre foi a mais privada das empresas estatais. “Sempre teve vida própria, mesmo quando era 100% estatal. A contratação de uma head hunter

sinaliza que vai ser uma decisão de mercado e não de governo”, aposta. Bandeira considera a mudança muito importante para a companhia. “Isso significa que vai abrir mais informações. Ela passou por um processo de venda de ativos que reduziu o endividamento”, lembrou.

Com mais governança corporativa, a empresa vai recuperar o valor de mercado mais rapidamente. “O minério de ferro já esteve a US\$ 180 a tonelada, caiu para US\$ 30 e chegou a US\$ 92 na semana passada. O mundo está em processo de recuperação econômica, e isso significa maior demanda por minério e commodities. A Vale é absolutamente competitiva em termos globais. Em breve poderá começar a estabelecer política de dividendos mais consistente”, avaliou Bandeira.

Na opinião de Marcelo Godke, sócio do escritório Godke Silva & Rocha Advogados, “o salário do presidente não é problema numa empresa do tamanho da Vale, porque a missão dele será espinhosa”. “Apesar da privatização, em 1997, o governo nunca perdeu influência na Vale. O ex-presidente da companhia Roger Agnelli (morto em um acidente de aviação em março do ano passado) entendia que não deveria entrar em outras atividades, como aço. Perdeu a queda de braço e saiu”, assinalou.

O especialista disse que, se a companhia quer empreender uma reestruturação de mercado, isso deve passar pelo fim da golden share, porque os interesses de governo não focam apenas em gerar lucro para os acionistas. “Ela passa a ter função social, sofre pressão política quando demite para cortar custos”, enumera. Godke afirma que, se a Vale se tornar uma corporação realmente, terá um futuro brilhante pela frente. “O conselho sinalizou a ida para o Novo Mercado (mais alto nível de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo)”, destacou.

Para entrar no Novo Mercado, alertou o analista, será necessária uma incorporação reversa (quando a controladora é engolida pela subsidiária). “Algumas questões não foram respondidas. Como serão adquiridas as ações preferenciais para serem transformadas em ordinárias (que dão direito a voto)? Na minha opinião, vão fazer uma oferta pública. Enquanto existir uma ação preferencial no mercado, a empresa não pode migrar para o Novo Mercado”, disse.

A missão espinhosa a que se refere Godke é justamente a compra das preferenciais. Tudo vai depender de quanto será pago por elas. “A briga pode ocorrer sobre o preço. Pode haver conflito, reclamação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Se for do jeito que estão comentando, de pagar ágio de 10% para os majoritários, vai haver uma diluição injustificada dos minoritários. Isso é uma prática muito ruim. (O novo presidente) Já vai começar errando”, alerta.

Poder estatal questionado

O professor de administração e superintendente-geral do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Francisco Olivieri, explica que uma das possibilidades de reestruturação da Vale envolve acabar com a holding Valepar. “Dentro dela está a Litel, que tem os fundos de pensão de estatais. Por aí já dá para notar que haveria diminuição do poder de fogo do governo. Afora isso, tem o BNDES. As demais ações estão pulverizadas no mercado. Com a reestruturação se reduziria o poder do Estado”, afirmou.

O impacto disso, disse Olivieri, será sentido no preço das ações ordinárias. “Elas vão disparar, porque muita gente vai entrar no mercado. O desafio e a responsabilidade do presidente são grandes. Mas vai compensar”, avalia. Por isso, o professor não considera o salário de R\$ 12 milhões um absurdo. “O ganho é proporcional. Executivos tem remuneração alta e uma boa quantidade de ações. O especialista ressaltou, ainda, que o trabalho de Murilo Ferreira foi competente. “O resultado do último trimestre de 2016 foi muito melhor em termos operacionais”, emendou.

Acordo velado

Para Renan Silva, estrategista-chefe da BullMark, Ferreira pegou um período de contraciclo à frente da Vale. “Houve compressão no preço das commodities e ele precisou vender ativos menos rentáveis e cortar custos. Isso implicou um elevado grau de demissões. Mas o ajuste funcionou.”

Além disso, Silva lembrou do impacto da Samarco, empresa da qual a Vale é sócia, que foi responsável pelo desastre ambiental de Mariana, em Minas Gerais. “A companhia foi processada e chamada a pagar indenização de R\$ 20 bilhões. Perdeu 80% de valor de mercado de 2010 a 2016”, lembra.

O episódio desagradou o braço privado da Vale, formado pela Bradespar, empresa de participações do Bradesco, e a japonesa Mitsui. “Como seria um trauma tirar o Murilo Ferreira, a solução foi deixar vencer o contrato. Parece que esse acordo velado começa a se cumprir com a busca de um substituto”, sublinhou Silva.

Com recordes de produção de minério, a Vale conseguiu reverter prejuízos, ganhou concorrência por meio de qualidade e aumentou a participação no mercado. “O preço melhorou, a companhia está bem posicionada e começa a se recuperar. O valor de mercado subiu 158% em 12 meses”, enumerou. “Se o nome escolhido para o salário de R\$ 12 milhões for mesmo de mercado, o conflito de interesse vai diminuir, assim como o peso político. Isso é bastante saudável”, emendou.

Procuradas, a Vale e a Bradespar não quiseram fazer comentários. O BNDES informou que participou da negociação que levou ao novo acordo de acionistas da Vale e apoia medidas que visem ao fortalecimento da companhia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Bruno Pereira

Título: Economia circular: o que você tem a ver com isso?

Os pensadores da economia circular nos alertam para o óbvio: a crescente escassez de matérias-primas não renováveis elevará o custo a patamares que farão da reciclagem (ou migração para fontes renováveis) uma alternativa mais interessante. Tão óbvio quanto esse pensamento é a tendência de olhar para o próprio umbigo e pensar: “Aqui não, meu negócio não será afetado”. Eu mesmo já afirmei que a circularidade absoluta é impossível. Ainda não consigo imaginar, por exemplo, que a tinta de uma embalagem seja separada e utilizada novamente como tinta para outra embalagem.

Mas a minha incapacidade de enxergar um mundo 100% circular não é suficiente para transformar o petróleo num recurso infinito. Em algum momento futuro, mesmo que relativamente distante, nossa sociedade terá que ser capaz de circular tudo aquilo que for necessário para atender as suas necessidades, com exceção das fontes de energia renováveis continuamente abastecidas pela natureza.

Hoje, acredito que a circularidade é uma questão de tempo e que temos uma escolha de como e quando chegar lá. Esperar o esgotamento do último recurso não renovável parece não ser a melhor alternativa e não apenas por questões de sustentabilidade, mas avaliando aspectos puramente econômicos. Enquanto algumas empresas repousam sobre modelos atuais, milhares de cérebros brilhantes já buscam novas tecnologias, modelos de negócio e o fomento de hábitos de consumo que façam uso cada vez mais inteligente dos recursos.

Nós, da indústria de embalagem, independentemente de quais materiais processemos, faremos parte dessa transição, tanto nas embalagens que saem de nossas fábricas quanto nos produtos que as utilizam. Os modelos que conhecemos estão sendo alterados. Com tendências como agricultura urbana, e-commerce, entregas por drones e clubes de compra batendo à porta, muitas delas encontram espaço para competir eliminando alguns desperdícios inerentes aos métodos atuais.

Acredito que nas próximas décadas testemunharemos o lixo deixando de ser um problema e passando a ser disputado a tapa graças às novas tecnologias de

revalorização cada vez mais viáveis. Um espaço em plena ebulição tecnológica protagonizado por cientistas das melhores universidades e start-ups.

Cabe a cada um de nós escolher como quer participar dessa transição para a maior circularidade. Minha recomendação é encarar o tema com curiosidade construtiva, questionando, dentro de nossas empresas e junto à nossa cadeia (fornecedores e clientes), o que podemos fazer para medir e elevar o grau de circularidade de forma criativa e econômica usando essa necessidade da humanidade como inspiração para a inovação. Afinal, agora estamos num momento especial de relativo conforto: enquanto ainda temos recursos, podemos escolher não utilizá-los por não mais precisarmos. O que é muito diferente de não utilizá-los porque não estão mais disponíveis ou porque outro arranjo produtivo simplesmente nos tirou do negócio.

Também recomendo valorizar os aprendizados e pequenos ganhos ao longo do caminho. Circularidade total com as tecnologias e modelos existentes é uma utopia. Mas qualquer esforço no sentido correto é válido e pode nos surpreender. Em algumas indústrias a transição pode ser rápida enquanto em outras pode levar gerações.

Emprestando o pensamento do filósofo Lao-Tsé “uma longa caminhada começa com o primeiro passo”. Tenho certeza de que você, que teve interesse suficiente para ler esse artigo até o final, já deu o primeiro passo. Resta convidá-lo a não se deixar levar pelo dia a dia e planejar o próximo passo, seja ele uma conversa sobre o tema ou a aplicação do “Jogo do Infinito”, recentemente publicado pela ABRE. Para os que decidirem protagonizar a discussão de forma aberta, sincera, desarmada e responsável, o mínimo que se ganha será um maior conhecimento do negócio. Por que não começar?

Gerente de Marketing para Novos Negócios e Sustentabilidade da Dow

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Carolina Gama

Título: Quanto custa ligar o fogão?

O preço do botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial, o gás de cozinha, sofrerá um aumento nas refinarias de 9,8% em média, como anunciado pela Petrobras, na última sexta-feira. O reajuste começa a valer a partir de hoje. Em nota, a companhia afirmou que o valor praticado é sem incidência de impostos. Logo, se for repassado integralmente para o consumidor, o botijão pode subir em 3,1%, cerca de R\$ 1,75 por cada produto. A medida não se aplica ao GLP destinado a uso industrial. De acordo com a Associação

Brasiliense das Empresas de Gás (Abrasgás), os revendedores foram pegos de surpresa. Aproximadamente 90% dos comerciantes não receberam o comunicado das engarrafadoras. A reportagem do Correio entrou em contato com cinco revendedoras que alegaram não saber do aumento, somente por comentários da mídia.

Para o presidente da Abrasgás, Jonathans Garcia, o aumento é inadmissível. Ele comenta que não entende como o preço do petróleo reduz e o botijão de gás, que é um derivado desse recurso natural, sofre aumento. “É complicado. Você recebe um anúncio desses, em um momento que a população já está achando o produto muito caro. A gasolina também é um derivado. Por que vejo o preço do combustível diminuir a cada dia, enquanto temos que lidar somente com preços abusivos?”

Segundo a associação, no DF, o preço mais alto é praticado no Plano Piloto, podendo variar de R\$ 70 a R\$ 75. O valor mais baixo, de R\$ 35, foi registrado na Ceilândia. O presidente da Abrasgás explica que essa variação decorre da demanda das cidades. Por exemplo, no Lago Sul, não existe nenhuma revendedora, logo, o trajeto para atender aos consumidores também tem que ser levado em consideração. Enquanto isso, na região de Sol Nascente, a concorrência é acirrada o que facilita conseguir um melhor preço.

Jonathans, que também é revendedor, alega que a população do DF pode sentir o peso reajuste. “O impacto será horrível. Tanto para o consumidor, tanto para o distribuidor. Ao colocarmos um produto mais caro, às vezes, não conseguimos repassar. E entra a pior questão: se nem os próprios revendedores estão sabendo do aumento, imagina a população?”, questiona.

O proprietário de uma distribuidora de gás no Cruzeiro Novo, Wellington Marques, 60 anos, comenta que recebeu o anúncio do aumento do valor do produto somente, ontem, por mensagem no celular da engarrafadora. “Ano passado, nos falaram que os reajustes seriam anuais, mas não estava esperando por esse. Recebíamos uma carta com 30 dias de antecedência para nos adequarmos. Dessa vez, só recebi uma mensagem, sem demais detalhes.” O empresário, que está nesse ramo há 20 anos, diz que se aumenta o preço, em geral as vendas caem cerca de 20%.

Dona de um restaurante no Cruzeiro Novo, Érica Vanessa Tenório, 37, usa, no mínimo, dois botijões de gás por dia para atender à clientela. O medo dela é de que o produto que ela oferece também fique mais caro e pese no bolso do consumidor. “Tudo que aumenta, que é relacionado à alimentação e a seu preparo, nos impacta diretamente. Não podemos repassar o valor para nossos clientes. Eles não querem saber se vamos sofrer com o aumento, só não querem sentir o aumento na balança.”

Por nota, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) esclarece que a medida parece equiparar, gradativamente, o preço do GLP comercializado internamente ao preço do mercado internacional. O sindicato também espera outros movimentos. Como a baixa do preço do GLP para embalagens maiores que 13kg. Entretanto, eles ainda não preveem o impacto do reajuste para o consumidor final, uma vez que o mercado é livre e os cálculos apresentados são meramente especulativos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Índices de interrupção de energia melhoraram em 2016

O sistema de distribuição de energia elétrica do país ficou disponível em 99,82% do tempo em 2016, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O índice de duração de interrupção de energia (DEC) do país no ano passado foi de 15,82 horas, uma redução de 15% em relação ao índice de 2015, de 18,6 horas. Trata-se de uma média calculada entre todas as distribuidoras do país. Segundo a agência, 2016 registrou o melhor desempenho médio das distribuidoras de energia do país desde 2008. Com relação ao índice de frequência de interrupções no fornecimento de energia (FEC), o indicador também recuou, de 9,86 vezes, em média, em 2015, para 8,87 vezes, em 2016. O valor de compensações pagas ao consumidor, em consonância com a melhoria no serviço, caiu de R\$ 656,89 milhões, em 2015, para R\$ 568,33 milhões em 2016.

Entre as empresas com mais de 400 mil consumidores, a melhor colocada nos indicadores de qualidade do serviço foi a Cemar, do Maranhão, seguida por Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce) e Energisa Paraíba. A distribuidora que teve a melhor evolução em 2016 foi a Energisa Mato Grosso (EMT) com um avanço de 16 posições no ranking em comparação ao ano de 2015. Das empresas com menos de 400 mil consumidores, as três melhores foram: Empresa Força e Luz João Cesa (EFLJC, SC), Energisa Borborema (EBO, PB) e a DME Distribuição (DMED, MG).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Santo Antonio X MPF

O Ministério Público Federal de Rondônia conseguiu ontem uma decisão judicial determinando que o Ibama suspenda o licenciamento ambiental da usina

hidrelétrica de Santo Antônio, que está em operação, até que a concessionária inicie o cumprimento das condições relacionadas ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico. O cumprimento da decisão é imediato. Para cada dia de atraso, será cobrada uma multa de R\$ 50 mil. A decisão do desembargador federal Souza Prudente determinou que Santo Antonio apresente, em 60 dias, projetos para reativação da linha da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), além de outros projetos na região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Queiroz Galvão avança em geração eólica

A Queiroz Galvão Energia (QGE), braço do grupo construtor no setor de geração de fontes renováveis, prevê concluir no segundo semestre a implantação do complexo eólico de Caldeirão I, no Piauí, de cerca de 200 megawatts (MW) de capacidade instalada. Com a conclusão do projeto, a carteira de eólicas em operação da companhia chegará a aproximadamente 600 MW. "Estamos com parques [eólicos] instalados no Ceará e no Rio Grande do Norte e vamos concluir agora um grande número de parques no Piauí. Estamos concluindo o [complexo] Caldeirão I, que são mais 200 MW. Caldeirão I provavelmente vai estar entrando de forma plena no segundo semestre", disse o diretor técnico da QGE, Roberto Di Nardo.

Além de Caldeirão I, a companhia já possui em operação os complexos de Taíba (56,7 MW), Amontada (75,6 MW) e Icarai (65,1 MW), no Ceará, e Riachão (145,8 MW), no Rio Grande do Norte. A QGE também tem o projeto de Caldeirão II, cujas partes civil e elétrica já foram concluídas. Para otimizar a operação dos seus complexos eólicos, a companhia está introduzindo um sistema "RMS", sigla em inglês para um programa de gerenciamento centralizado das usinas, que será operado remotamente a partir do centro de operação integrado da empresa em Fortaleza (CE). "Temos parques com rendimento muito bom. O que queremos é melhorar a disponibilidade desses parques, ter mais máquinas funcionando por mais tempo", disse o executivo. Na prática, segundo ele, a nova tecnologia vai indicar quais máquinas de quais parques estão operando com melhor ou pior desempenho. Dessa forma, a empresa terá uma espécie de "benchmark" da melhor máquina de todo o seu parque gerador, para tentar replicar nas outras. A QGE foi a primeira companhia de origem brasileira a adquirir a tecnologia, desenvolvida pela canadense CGI. Segundo o diretor de consultoria em utilities da CGI Brasil, Marco Afonso, a utilização do RMS será cada vez mais frequente no Brasil, devido ao amadurecimento do setor no país, que se tornou o nono maior mercado eólico do mundo. De acordo com a CGI, os principais objetivos da tecnologia são a diminuição do tempo e melhor controle de parada dos

aerogeradores; análise do desempenho e eficiência das máquinas; e redução do tempo médio de reparação por aerogerador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Commodity barata exige ganho de eficiência e produtividade

O cenário de preços do petróleo na faixa de US\$ 50 o barril "veio para ficar", e o uso de tecnologias que permitem ganhos de eficiência e produtividade, com consequente redução de custos, é a alternativa para manter a exploração desses recursos viável no futuro, segundo executivos ouvidos pelo Valor durante um evento promovido pelo grupo industrial ABB em Houston, nos Estados Unidos. "Acho que vamos ver esse cenário de preços baixos do petróleo por muito tempo, o que força uma busca por soluções", disse Jose Bustamante, vice-presidente de desenvolvimento de negócios e estratégia da empresa de engenharia e execução de projetos Fluor.

Segundo ele, há muitos de seus clientes nessa área de petróleo e gás que querem eliminar o maior volume de gastos possível. "É uma mudança na tecnologia que está forçando isso", disse Bustamante. Essa busca por ganhos de eficiência não é uma novidade no setor. "Quando os preços do petróleo caíram a US\$ 30 o barril nos Estados Unidos, muitos 'players' grandes utilizaram a tecnologia para retomar a lucratividade e lidar com os custos de produção. Podemos usar muito da nossa experiência no mundo, e agora é um momento perfeito para aplicar isso em países como o Brasil e outros", disse Tony Shakib, diretor-geral do setor de internet das coisas da Microsoft, que trabalha com a ABB na gestão das ferramentas do Ability. "Nesses momentos em que os preços de commodities estão baixos, vemos uma grande procura das empresas pela manutenção de custos baixos. Isso ajuda na contenção de riscos", disse Peter Terwiesch, presidente da divisão de Automação Industrial da ABB. Terwiesch lembrou o plano aprovado pela BP em dezembro do ano passado de investir US\$ 9 bilhões em uma nova plataforma para produção de petróleo no Golfo do México. O sinal verde para o investimento veio três anos depois que a petroleira britânica adiou planos de investir US\$ 20 bilhões na região. A companhia cortou custos e revisou seus planos durante o período de baixa do preço da commodity, e conseguiu chegar ao novo projeto, considerado mais eficiente. Além do setor de petróleo, ele citou o uso dessas tecnologias também em segmentos como mineração e papel e celulose. A aplicação das tecnologias permite redução de despesas e prazos. Há, por exemplo, a possibilidade de monitoração à distância de uma sonda de exploração de petróleo. "Você reduz a complexidade da operação dessas unidades", disse. Para Dan Overly, vice-presidente global de produtos do segmento de petróleo e gás da ABB, a maior mudança nesse setor é a

possibilidade de execução, ao mesmo tempo, das fases de software e da construção dos equipamentos (hardware) dos projetos. "Uma fase que levaria anos para ser concluída é feita paralelamente à outra fase. A velocidade dos projetos é muito maior. Com isso, você reduz capex e opex, e deixa a indústria capaz de fazer mais projetos em menor tempo", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Moody's eleva Vale

A agência de classificação de risco Moody's elevou o rating em escala global da Vale de 'Ba3' para 'Ba2' - duas notas ainda abaixo da categoria de grau de investimento -, refletindo a recuperação significativa nas métricas de crédito da mineradora durante o ano passado. A perspectiva continua positiva. Segundo a Moody's, a Vale melhorou seu perfil de produção, reduziu seus custos estruturais e aprimorou sua disciplina financeira relacionada à gastos e dividendos, o que permitiu que a empresa operasse com resiliência e liquidez.

PetroRio conclui compra

A PetroRio concluiu a aquisição da Brasoil por meio de uma de suas subsidiárias. A operação foi anunciada em janeiro e aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em fevereiro. A Brasoil é detentora indireta de participação de 10% sobre os direitos e obrigações do contrato de concessão do Campo de Manati, que produz atualmente cerca de 27 mil barris de óleo equivalente por dia, figurando como o oitavo maior campo produtor de gás natural do Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Analistas estimam prejuízo de R\$ 14 bilhões na Petrobras

À espera da divulgação do balanço do quarto trimestre de 2016 da Petrobras, prevista para hoje após o fechamento da bolsa, analistas de bancos que acompanham a petroleira estimam que a companhia volte a apresentar um balanço trimestral positivo. A média das projeções de seis bancos consultados pelo Valor indica que os analistas esperam um lucro líquido de R\$ 3,095 bilhões no quarto trimestre, mas insuficiente para compensar as perdas acumuladas no

ano e para que a petroleira volte a pagar dividendos aos seus acionistas, referente às demonstrações financeiras do ano anterior. Isso que não ocorre desde 2014. Para o balanço consolidado do ano, as seis casas de análise (Bradesco, BTG Pactual, Credit Suisse, Itaú BBA, Morgan Stanley e Santander) estimam prejuízo de R\$ 14,24 bilhões, ante as perdas de R\$ 34,83 bilhões de 2015.

A média das projeções aponta, ainda, para uma queda de 13,8% nas receitas líquidas no quarto trimestre (para R\$ 73,33 bilhões), ante igual período de um ano antes, e de 11,2% no acumulado do 2016 (R\$ 285,4 bilhões). No caso do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), a previsão é de alta de 31,25% no trimestre (R\$ 22,39 bilhões) e de 15,6% no consolidado do ano (R\$ 85,4 bilhões). A expectativa é que a nova política de preços dos combustíveis, lançada em outubro, já demonstre algum efeito sobre as receitas no último trimestre do ano passado. O Itaú BBA estima que, após a implementação da nova prática, os preços médios do diesel tenham caído 5,8% e os da gasolina cedido 2,4% no quarto trimestre, ante o trimestre anterior.

Apesar disso, o banco diz acreditar que o preço médio de realização (preço médio de venda dos combustíveis em reais no Brasil) tenha crescido 3%, como reflexo do aumento de 11% nos preços do barril petróleo no mercado internacional. O balanço consolidado de 2016 deve ser puxado para baixo pelo "impairment" (redução ao valor recuperável de ativos) de R\$ 15,7 bilhões contabilizado pela companhia no terceiro trimestre de 2016 - que levou a estatal a registrar prejuízo de R\$ 17,33 bilhões no período acumulado de janeiro a setembro. O Credit Suisse, por exemplo, estima que a Petrobras deva fechar 2016 com uma perda acumulada de R\$ 12,2 bilhões. A expectativa, no entanto, é que a petroleira estatal não volte a registrar baixas contábeis de grandes proporções. Em novembro, ao comentar os resultados do terceiro trimestre, o próprio diretor financeiro da empresa, Ivan Monteiro, antecipou que não esperava para os próximos trimestres um "impairment" da mesma "magnitude". "A companhia, com as informações que nós temos até hoje [em novembro], não tem nenhuma expectativa de que ocorram imparidades nos montantes que foram divulgados para o terceiro trimestre. Nem para o quarto trimestre, nem nos próximos trimestres", disse Monteiro a investidores, durante a teleconferência sobre as demonstrações financeiras do terceiro trimestre. Balanço consolidado do ano deve sofrer impacto do "impairment" de R\$ 15,7 bilhões que teve de fazer no 3º trimestre. Apesar da expectativa de lucro, o Credit estima que o balanço do quarto trimestre deve refletir aumento nas despesas com pessoal. O banco diz que o acordo coletivo assinado no início deste ano com os sindicatos dos petroleiros deve pressionar em US\$ 230 milhões os resultados do último trimestre do ano. Por outro lado, o Credit pontua também que alguns efeitos não recorrentes devem influenciar positivamente os resultados no quarto trimestre. A expectativa é que desinvestimentos, como Carcará (BM-S-8) e da refinaria japonesa Nansei Sekiyu, devam contribuir com ganhos de US\$ 880 milhões no balanço do último

trimestre de 2016. O banco ressaltou, no entanto, que a Petrobras tem registrado uma série de provisões para contingências, que não foram consideradas na projeção, mas que existem riscos de que a companhia apresente novos passivos contingentes, sobretudo relacionados a questões fiscais e trabalhistas. Segundo as estimativas do Credit, os passivos contingentes da petroleira somavam R\$ 185 bilhões ao final do terceiro trimestre do ano passado. A divulgação do balanço de 2016 se dá em meio a contestações às práticas contábeis da companhia, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A área técnica da CVM determinou, neste mês, que a Petrobras refaça e republique os balanços de 2013 a 2015, desconsiderando os efeitos da contabilidade de hedge cambial adotada pela companhia. Em teleconferência com jornalistas, para esclarecer a decisão da CVM, no início de março, Monteiro afirmou que a estatal iria recorrer ao colegiado da CVM e que a empresa tem "plena convicção" sobre sua prática de contabilidade de hedge. Ele disse, ainda, que publicaria o balanço do quarto trimestre no próximo dia 21, sem mudança nas práticas - que poderiam acarretar na reversão dos últimos prejuízos registrados pela petroleira nos últimos anos e, consequentemente, no pagamento de dividendos a acionistas. (Colaboraram Juliana Machado, do Rio, e Thaís Carrança, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petroleira ainda não recuperou mercado perdido em 2016

Passados cinco meses desde o lançamento da nova política de preços da Petrobras, as concorrentes da estatal começam a perder parte dos ganhos que vinham obtendo com a importação de combustíveis a preços mais atrativos do que os produtos nacionais. Apesar da queda nas margens, dados da Agência Nacional de Petróleo e do Ministério de Minas e Energia sugerem que as empresas têm mantido o interesse pelo produto de fora e que as refinarias da Petrobras ainda não conseguiram recuperar o mercado perdido. As importações de diesel e gasolina por terceiros ganharam força nos últimos anos, quando a Petrobras decidiu elevar suas margens para recompor o caixa. Com o prêmio elevado, comprar combustível no exterior passou a ser mais barato que comprar das refinarias da estatal. Não demorou para que as empresas passassem a apostar nas importações.

Desde o lançamento da política de precificação da Petrobras, em meados de outubro, os preços da estatal nas refinarias caíram, mas dados da ANP indicam que importar ainda continua sendo vantajoso. Em fevereiro, os pedidos de autorização de importação de diesel por terceiros atingiram os patamares mais altos desde dezembro de 2015: 1,331 bilhão de quilos. No primeiro bimestre de 2017, as tradings pediram autorização para importar 2,252 bilhões de quilos do

derivado - quase três vezes a mais do que o registrado em igual período do ano passado. A Petrobras, por sua vez, praticamente não tem recorrido a importações. Desde a divulgação da nova política de preços, pediu autorização para importar apenas 142 milhões de quilos de diesel - menos de 3% do volume solicitado por terceiros no mesmo período."Quando a Petrobras deixou os preços muito altos, a diferença entre os preços praticados aqui no Brasil e no mercado internacional era tão grande que viabilizava deixar navios parados por meses na costa, aguardando o descarregamento. Essa diferença permitiu a operadores privados construírem tanques e criou um novo mercado, que não existia no Brasil. Esse movimento não tem volta", disse ao Valor um conselheiro da estatal. O resultado da expansão das importações tem sido o aumento da capacidade ociosa do parque de refino da Petrobras, que opera com 98% da capacidade instalada nacional. Segundo dados do MME, a utilização da capacidade das refinarias brasileiras ficou, em média, em 79,7% em 2016, caindo para 75,5% em novembro e 71,9% em dezembro - meses que sucederam a implementação da nova política de preços. Para efeitos de comparação, a taxa de utilização das refinarias era de 84,6% em 2015. Os números da ANP, por sua vez, mostram que, mesmo com a queda acumulada de 7,4% dos preços do diesel e de 5% da gasolina desde outubro, as refinarias da Petrobras continuam a perder mercado neste início de 2017. Em janeiro, a participação das unidades de refino na oferta total de diesel ao mercado caiu para 79,9%, ante a média anual de 85,1% registrada em 2016. No caso da gasolina, a fatia da produção nacional foi de 87,7%, ante a média de 90% de 2016. "Aparentemente, mesmo com a redução das margens, as importações por terceiros de certa forma continuam e, como a economia está em recessão, as refinarias ficam com capacidade ociosa", afirma o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. A Petrobras perdeu mercado não só nas refinarias, como também na distribuição. Em 2016, a BR Distribuidora perdeu participação nos principais segmentos, como diesel (queda de 3,7 pontos percentuais) e gasolina (3,32 p.p.). A expectativa, contudo, é que as importações se tornem menos atrativas a partir dos próximos meses. O Itaú BBA pontua que os efeitos da nova política de preços da Petrobras devem ser sentidos com atraso, "dado o intervalo na operações de importação", mas que a estatal deve recuperar parte de seu mercado no primeiro trimestre. "Agora, com a nova metodologia de precificação [da Petrobras], o prêmio se reduziu e tornou-se mais instável. Claramente 2017 trará menos ganhos de importação", disse o diretor financeiro da Ultrapar, controladora da Ipiranga, André Pires, durante teleconferência com analistas, em fevereiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Estatal quer ir ao STJ para suspender contrato de sonda do pré-sal

A Petrobras pretende recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão da 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que confirmou decisão na primeira instância e manteve em vigor um contrato de afretamento de sonda entre a estatal e a Diamond Offshore. O contrato prevê o pagamento de taxa diária de US\$ 450 mil pelo consórcio liderado pela Petrobras à companhia de perfuração americana. "A Petrobras adotará todas as medidas jurídicas na defesa de seus interesses", informou a companhia, em nota, ao Valor.

No fim de agosto, a petroleira brasileira havia notificado a Diamond Offshore da suspensão dos contratos de afretamento e de prestação de serviços da sonda Ocean Valor, situada na área de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos. O contrato, firmado em 2010, tem prazo de conclusão previsto para 2020. A Petrobras, operadora e líder do consórcio, que inclui ainda as petroleiras BG (adquirida pela Shell) e Petrogal (da portuguesa Galp Energia), alegou a existência de riscos de acidente com a operação da sonda, que tinham sido detectados por uma equipe da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) meses antes. Segundo o advogado Gustavo Fernandes, sócio do escritório Tauil & Chequer Advogados e representante da Diamond Offshore no processo, a autarquia de fato chegou a interditar o equipamento. Mas, na época, a própria Petrobras apresentou recurso contra a decisão da agência, que acabou revendo sua posição. Na prática, explicou Fernandes, a ANP havia entendido que o riser da sonda - linha que liga o poço até a plataforma - havia ultrapassado o prazo limite de cinco anos de operação. A Petrobras, no entanto, explicou que o equipamento tinha mais de cinco anos de fabricação e não de operação. A agência, então, liberou o equipamento para o uso. "A própria Petrobras foi à ANP explicar o equívoco. E a agência na mesma hora revogou a interdição e habilitou a sonda para ser utilizada como quisesse. O equipamento nunca representou nenhum risco ao meio ambiente e não coloca a operação em risco de vida", afirmou Fernandes. "A Petrobras está numa situação [financeira] difícil, está 'na marra' tentando renegociar seus contratos [com fornecedores]. Ela viu neste evento uma boa oportunidade para rescindir o contrato. Muito embora ela mesmo tenha dito à ANP que não havia irregularidade [com a sonda], ela unilateralmente rescindiu o contrato. Mas ele só pode ser rescindido se houver o inadimplemento de alguma parte, o que não aconteceu, como a própria Petrobras reconheceu", completou o advogado. Na decisão, concedida na última semana e à qual o Valor teve acesso, a 20ª Câmara Cível do TJRJ destacou que tanto a ANP quanto o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro concederam pareceres favoráveis à continuidade da operação da sonda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro

Título: Acionistas buscam "nome de peso" para comandar Vale

No processo de escolha do novo presidente da Vale, os acionistas controladores da mineradora definiram como princípio selecionar um "nome de peso" para ser o novo presidente da companhia a partir de maio, quando se dará a saída de Murilo Ferreira. O objetivo é que o candidato, no processo de seleção conduzido pela multinacional de headhunting Spencer Stuart, tenha experiência como presidente-executivo em grandes empresas internacionais. Esse critério exclui, a priori, uma lista de virtuais candidatos que vêm sendo apontados pelo mercado, incluindo alguns atuais diretores-executivos da Vale e também ex-diretores da companhia. Muitos desses nomes não ocuparam cargos de presidentes ou foram presidentes em empresas de pouca visibilidade.

Na avaliação de fontes que acompanham o processo de seleção, o nome do novo presidente da Vale deverá ser definido no início de abril. "Não acredito que vá se chegar lá na frente [ao fim do processo] com mais de quatro ou cinco candidatos", disse uma fonte consultada pelo Valor. É a partir de uma lista com no mínimo três nomes - mas que poderá ser maior, até cinco -, que será feita a escolha do novo presidente da Vale. A relação dos pré-selecionados pela Spencer Stuart será encaminhada, provavelmente, no último dia de março, a Paulo Caffarelli e a Luiz Carlos Trabuco, presidentes do Banco do Brasil e do Bradesco, que estão à frente do processo pelos lados dos dois maiores acionistas da mineradora. Na visão de pessoas com conhecimento nesse tipo de seleção, o candidato que passar pelo primeiro critério - ser ou ter sido CEO em uma grande empresa, de preferência multinacional - precisará ainda cumprir outros requerimentos definidos pelos principais acionistas da Vale: Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Bradesco, Mitsui e BNDES. O normal é que cada acionista aponte um perfil de candidato adequado e, nesse processo, muitos dos postulantes originalmente apontados deverão ficar pelo caminho. Isso porque é muito difícil para cada um preencher todos os requerimentos apontados pelos sócios. "Difícilmente um candidato consegue fazer o check-list [lista de verificação] para 100% dos itens exigidos", disse uma fonte. O critério de buscar nomes com experiência como presidente de grandes empresas buscaria eliminar a questão da influência política sobre a Vale. De cara, essa definição de só entrevistar atuais ou ex-presidentes de grandes grupos deixa de fora atuais diretores da Vale que vêm sendo apontados como virtuais candidatos a suceder o atual, presidente, Murilo Ferreira. Nessa lista, estão o diretor de RH e sustentabilidade, Clóvis Torres; o diretor de finanças, Luciano Siani, e o diretor de estratégia e ferrosos, Peter Poppinga. São nomes que já teriam dificuldade de ir adiante no processo de seleção por integrarem a gestão que está acabando e por serem identificados com Ferreira, na visão do mercado. Mas o critério de escolher o novo presidente da mineradora a partir de um universo de CEOs mantém as chances de outros ex-executivos da Vale. Essa lista inclui Nelson Silva, que foi presidente da BG Brasil; Eduardo Bartolomeo, que presidiu a BHG, do setor imobiliário; Tito Martins, presidente da Votorantim Metais, e José Carlos Martins, que foi presidente da Latasa e da Rexam South America. Para Martins, um

problema é que ele esbarra na idade compulsória de 65 anos fixada para diretores da Vale se aposentarem, embora exiba o maior conhecimento da companhia: 11 anos, incluindo as gestões de Roger Agnelli e Ferreira. Na lista de potenciais candidatos, especula-se até sobre o nome de Caffareli, que está envolvido no processo de escolha do novo presidente da Vale. Ele nega qualquer pretensão pelo cargo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

BNDES e energia sustentável

A BNDESPar escolheu a Vinci Partners para ser o gestor de um fundo de energia sustentável. O fundo terá participação máxima de 50% da BNDESPar, com patrimônio de R\$ 500 milhões e prazo de 15 anos. Ele está inserido dentro do contexto da Climate Bonds Initiative no Brasil, instituição sem fins lucrativos que busca incentivar a criação de instrumentos financeiros de apoio a soluções para o desafio das mudanças climáticas. Agora, BNDESPar e Vinci iniciarão o processo de estruturação do fundo, discussão de regulamento e de oferta de quotas. O produto deverá ser lançado no segundo semestre. O fundo investirá em debêntures incentivadas de projetos de infraestrutura, que têm isenção para pessoa física e estrangeiros, com ênfase em ativos relacionados a uma economia de baixo carbono. **(Alessandra Saraiva)**

CRA da São Martinho

Com uma demanda de R\$ 900 milhões, a oferta pública de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) do grupo sucroalcooleiro São Martinho deve fechar em R\$ 506 milhões, distribuídos em duas séries, segundo uma fonte. O montante previsto para captação ia de R\$ 400 milhões a R\$ 540 milhões. A companhia, acrescenta o interlocutor, poderia ter levantado todo o volume, mas optou por privilegiar a redução de custos. A série atrelada ao CDI, com vencimento em 2021, vai pagar 96% do referencial, abaixo do teto de 100,5% estimado. Já a segunda série, indexada ao IPCA e com vencimento em 2023, terá juros equivalentes a NTN-B para 2022 menos 0,20%, ante uma sobretaxa que podia chegar a 0,20%. **(Alessandra Bellotto)**

MME / ASCOM .